COMISSÃO DE INTEGRAÇÃO NACIONAL, DESENVOLVIMENTO REGIONAL E DA AMAZÔNIA – CINDRA

REQUERIMENTO N° DE 2019

(Do Sr. Edmilson Rodrigues – PSOL/PA)

Requer a convocação do Ministro de Estado Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, Senhor General Augusto Heleno Ribeiro Pereira. para comparecer a esta Comissão a fim de esclarecimentos sobre prestar realizados monitoramentos aos movimentos sociais, em especial dos Povos Indígenas.

Senhor Presidente

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do artigo 50 da Constituição Federal e nos termos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a adoção das medidas necessárias para a convocação do Ministro de Estado Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, Senhor General Augusto Heleno Ribeiro Pereira, para comparecer ao Plenário desta Comissão, a fim de prestar esclarecimentos sobre monitoramentos realizados aos movimentos sociais, em especial dos Povos Indígenas.



JUSTIFICAÇÃO

Trata-se de Requerimento de Convocação tendo em vista a importância da liberdade de manifestação social e política, sendo um direito fundamental garantido expressamente na Constituição Federal.

Tornou-se pública a realização de monitoramento dos movimentos sociais, principalmente aqueles que versão sobre a luta em defesa aos direitos dos Povos Indígenas, de autoria do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, sem uma justificativa plausível a violação constitucional.

Não se pode desconsiderar que atualmente foram praticadas várias medidas do Governo Federal que visavam atingir as articulações legítimas dos movimentos com representatividade social, num claro objetivo de melindrar aqueles que historicamente lutam para combater desigualdades.

Justamente no mês de abril, conhecidamente por ser um período de homenagens e atos que pautam dificuldades que norteiam o cotidiano dos Povos Indígenas neste País, foi publicada no Diário Oficial da União portaria assinada pelo Ministro Sergio Moro fazendo referência a ofício oriundo do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República para o uso da Força Nacional exatamente no período de realização do Acampamento Terra Livre.

A justificativa apresentada pelo Governo para a medida foi justamente o monitoramento realizado contra os movimentos indígenas, alegando a existência de ameaça a ordem pública, mesmo que não tenha apresentado motivos para a fiscalização.

Ressalta-se que em fevereiro deste ano o Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da Republica realizou monitoramento infundado contra a Igreja Católica, especialmente sobre assuntos de preservação ambiental e de terras indígenas, afirmando somente "preocupação institucional" quanto a pauta do Sínodo da Amazônia.

Por todo exposto, julgamos ser de suma importância a convocação do Ministro de Estado Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, Senhor General Augusto Heleno Ribeiro Pereira, não podendo esta Comissão se furtar do referido debate, com objetivo de resguardar as garantias constitucionais.

Sala das Sessões, em de abril de 2019.

Deputado Edmilson Rodrigues

PSOL/PA